

A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE PESQUISA: aspectos teórico-epistemológicos, metodológicos, normativos e da língua culta - uma possível aplicação nas áreas das Ciências Contábeis, Administração e do Direito.

The construction of a Research Project: normative, methodological, epistemological, theoretical aspects and of cult language - a possible application in areas of Accounting Sciences, Administration and Law.

Luiz Carlos dos Santos¹

RESUMO

Este artigo intitulado “A Construção de um projeto de pesquisa: aspectos teórico-epistemológicos, metodológicos, normativos e da língua culta - uma possível aplicação nas áreas das Ciências Contábeis, Administração e do Direito” teve por objetivo possibilitar que graduandos (as) e pós-graduandos (as) possam construir projetos de pesquisa voltados às temáticas das Ciências Sociais Aplicadas, em especial nas áreas das Ciências Contábeis, da Administração e do Direito, enquanto subsídio à elaboração de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs). A metodologia utilizada teve o seguinte delineamento: método dedutivo; tipologia quanto aos objetivos de cunho exploratório e descritivo; natureza da abordagem de ordem qualitativa; natureza do objeto investigativo de ordem teórico-documental; fontes de pesquisa - bibliográfica, documental e eletrônica. Enquanto resultados alcançados verificou-se que um projeto de pesquisa deve contemplar os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, tudo de acordo com a NBR 15287/2011 da ABNT, combinadas com as normas complementares referentes a citações, referências, numeração progressiva de um documento, sumário e trabalhos acadêmicos, também emanadas pela ABNT, bem como instruções exaradas pela Instituição de Educação Superior (IES), desde que não contrariem as Normas Brasileiras de Regulação. Concluiu-se que um projeto de pesquisa teve ter como âncoras: o referencial teórico que perpassasse todas as categorias do tema a ser investigado; a metodologia como bússola para a elucidação do problema, da comprovação ou refutação da (s) hipótese (s) ou para as respostas das questões norteadoras, bem assim o alcance dos objetivos propostos; as normas da ABNT e os aspectos da língua culta.

Palavras-chave: Projeto de Pesquisa. Aspectos Teórico-Epistemológicos. Aspectos Metodológicos. Aspectos Normativos. Aspectos da Língua Culta.

ABSTRACT

This article entitled: “The construction of a Research Project: normative, methodological, epistemological, theoretical aspects and of cult language – a possible application in areas of

¹ Bacharel em Ciências Contábeis (UFBA); Bacharel em Direito (UFBA); Licenciado em Administração (UNEB); Tecnólogo em Administração Hoteleira (IFBA, ex-CENTEC); Especialista em Administração Tributária (UCSAL); Mestre em Educação (UQAM-Canadá); Doutor em Ciências Empresariais (UMSA); Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano (UNIFACS); Professor Pleno da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), atuando no Departamento de Ciências Humanas (DCH), *Campus I* e cooperando no Departamento de Educação (DEDC), *Campus XIII*; Membro efetivo do Conselho Editorial da Editora da Universidade do Estado Bahia (EDUNEB), representante da grande área das Ciências Sociais Aplicadas; Membro do Conselho Editorial da Revista Acadêmico Mundo; Avaliador “ad hoc” Institucional e de Cursos - INEP/MEC; auditor fiscal do Estado da Bahia aposentado; e-mails - lcsantos722@gmail.com; lcsantos@superig.com.br; lsantos@uneb.br - *site* instrucional www.lcsantos.pro.br.

Accounting Sciences, Administration and Law” had the goal of enabling academic students in order to develop research projects linked to themes of applied social sciences especially in areas of accounting sciences, administration and law in order to elaborate final work for the undergraduate. The methodology used had the following outline: deductive method; typology linked to the goals of exploratory imprint and descriptive; qualitative order; documentary theoretical; research sources- bibliographic, documentary and electronic. According to the results gotten it has been verified that a research project has to contemplate the post-textual, textual and pre-textual elements according to NBR 15287/2011 with the standards of quotes, references, progressive numbering of a document, summary and academic papers from ABNT as well as instructions of Institutions of Higher Education which have to follow Regulations Brazilian Standards. The conclusion is that a research project needs to have primarily: theoretical referential with the investigated theme; methodology in order to elucidate the problem; proving of hypothesis or the responses of guiding questions; the reach of goals; the ABNT standards and the aspects of cult language.

Key-words: *Research Project. Epistemological-Theoretical Aspects. Methodological Aspects. Standards Aspects. Aspects of Cult Language.*

1 INTRODUÇÃO

Ao adentrar à temática da “Pesquisa Científica”, de uma forma geral, há de se levar em conta o local em que as mesmas são desenvolvidas, bem assim o momento histórico, os fatores sociais, econômicos e culturais da sociedade na qual está inserida, uma vez que os Estados e as próprias sociedades são diferentes entre si - de modo que o processo histórico de evolução justifica um desenvolvimento desuniforme entre as ciências.

A partir dessa ressalva, a ciência, tal como é concebida na contemporaneidade, começa a existir no século XVII, em plena luta contra a Igreja e o Estado medieval, “[...] e uma das suas armas nessa luta foi separar a ciência dos valores, separar o sujeito, o pesquisador, de seu objeto de estudo” (CEMIN, 2002, p. 45).

Convém lembrar, que em princípio, defendia-se que o pesquisador deveria ser neutro, não ter preconceitos nem preferências, para não interferir nos resultados da sua produção. Firmou-se, pois, a ideia de que o pesquisador deveria estar separado de seu estudo e a produção do conhecimento seria uma ciência que tem por interesse apenas o próprio conhecimento em si (PAGLIARINI, 2008).

Parafraseando Silva (2013, p.17), “O homem, como um ser que pensa, sente e age como pensa, faz do mesmo um sujeito histórico e a sua ação é realizada no meio circundante. Ele não só vê a história se passar diante dele, como participa dela, ajudando a mudar o seu mundo ou incorporando a cultura que lhe impõem”. Por outro lado, é sabido que, para se realizar uma análise desapassionada de qualquer tema, é necessário que o pesquisador mantenha uma certa

distância emocional do assunto abordado. Mas será isso possível? Seria possível um padre, ao analisar a evolução histórica da Igreja, manter-se afastado de sua própria história de vida? Ou ao contrário, um pesquisador ateu abordar um tema religioso sem um conseqüente envolvimento ideológico nos caminhos de sua pesquisa? Pode a atuação de um cientista ser considerada neutra? A determinação do objeto a ser pesquisado envolve escolha e, conseqüentemente, um juízo de valor.

A neutralidade significa imparcialidade. Um posicionamento neutro dissocia-se da esfera dos valores, daquilo que tem importância para a pessoa considerada em sua individualidade ou em sua vida social. Ora, o homem segundo Aristóteles (a.C. 385-322), é *logos* (*pathos*), palavra advinda de paixão, excesso, catástrofe, passagem, passividade, sofrimento) e é *ethos* - regras que alguém necessita seguir na sociedade.

O indivíduo, por seu turno, é um complexo, que reúne matéria, pensamento, sentimento e vontade. Essas forças produzem “uma espécie de intuição” - a racional, a emocional e a racionalidade, volitiva. Essas forças se complementam entre si e formam, em cada ser humano, um todo. Nessa perspectiva, o entendimento da realidade advém das forças intelectivas que formam a inteligência, criatividade, imaginação e capacidade de interpretação. Corroborar-se Silva (2013) quando este entende que o indivíduo necessita desenvolver a competência de enxergar onde os outros não veem, em ver além do que os simples traços apontam, em perceber muito além do que está escondido, imerso em um universo de possibilidades.

Assim sendo, a “razão” científica não é imutável. Ela muda. É histórica. Suas normas não têm garantia alguma de invariância. Tampouco foram ditadas por alguma divindade imune ao tempo e às injunções da mudança (SANTOS, 2019). Trata-se de normas historicamente condicionadas. Enquanto tais evoluem e se alteram. Isso significa que, em matéria de ciência, não há objetividade absoluta.

A propósito, Kant (1999) *apud* Bresolini (2016), concebia a imparcialidade partindo de uma forma personalíssima de compreensão do conhecimento. Para o citado expoente, o aparelho cognitivo do homem está condicionado às “categorias do entendimento”, que possibilitam um conhecimento ou uma formulação prévia a respeito do objeto em apreciação. Nessa esteira de raciocínio, o ato de interpretar resulta em ver o fenômeno, fato ou ocorrência em uma investigação inserida num contexto histórico global. Refletir criticamente a respeito de um fenômeno, fato ou ocorrência é levar em consideração um discurso linguístico em que está implícita uma ideologia, esta entendida enquanto conjunto de crenças adotadas por um grupo social para justificar seus atos e percepções, constituindo-se como elemento motivador de determinados comportamentos sociais.

Em decorrência do exposto, o cientista jamais pode dizer-se neutro, a não ser por ingenuidade ou por uma concepção mítica do que seja a ciência. A imagem do mundo que as ciências elaboram, de forma alguma pode ser confundida com uma espécie de instantâneo fotográfico da realidade tal como ela é percebida. Ela é sempre interpretação. Evidentemente, que o pesquisador deve ter consciência da possibilidade de interferência de sua formação moral, religiosa, cultural e de sua carga de valores para que os resultados da pesquisa não sejam influenciados por eles além do aceitável.

Entenda-se: ver e enxergar são dois modos distintos de se olhar e contemplar um mesmo objeto, seja ele concreto ou abstrato. Natural, então, que existam diferentes maneiras de ver, mesmo estando sob a mesma perspectiva, mesmo tendo interesses semelhantes e ideais congêneres. Sintetizando: os indivíduos não alcançam as mesmas conclusões, porque a percepção da realidade está circunscrita ao modo de como eles veem o mundo.

Em outras palavras, a produção científica se faz numa sociedade determinada que condiciona seus objetivos, seus agentes e seu modo de funcionamento. É profundamente marcada pela cultura em que se insere. Carrega em si os traços da sociedade que a engendra, reflete suas contradições, tanto em sua organização interna quanto em suas aplicações.

Produzir uma pesquisa requer que se elabore um plano, um projeto de pesquisa, portanto, um intento, plano ou proposta de investigação para fins de elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), seja ele na modalidade artigo técnico-científico, monografia para o nível de graduação e pós-graduação *lato sensu*, ou na pós-graduação *stricto sensu*, dissertação em mestrado, ou tese, em doutorado.

Saliente-se que mesmo na produção de uma pesquisa para publicação em periódicos, independentemente de ser um produto final para obtenção de determinado título, conviria que se elaborasse o precedente projeto de pesquisa.

Um projeto de pesquisa serve essencialmente para responder às seguintes perguntas: o que fazer? (definição do tema e problema); por que fazer? (justificativa da escolha do problema); para que fazer? (propósitos do estudo/ objetivos); quando fazer? (cronograma de execução); onde fazer? (local/campo de pesquisa); com que fazer? (recursos/custeio); como fazer? (metodologia); feito por quem? (pesquisadores iniciantes na pesquisa e parceiros, se houver).

O primeiro passo para aquele que se propõe a desenvolver projeto de pesquisa é a escolha do assunto. Mesmo com um vasto campo para pesquisar, é comum deparar com a dúvida do que escolher para o estudo. O universo de coisas que podem ser estudadas, bem como a diversidade de ângulos pelos quais um objeto pode ser investigado, levam à indecisão e à

angústia, não só do estudante, mas até mesmo dos cientistas mais experientes. Por conseguinte, há uma tendência, num primeiro momento, de escolher um assunto muito amplo e genérico. Assim, é necessário encontrar algo mais específico e pontual que possa ser pesquisado. Parte-se então do assunto, por exemplo, licitação, porém este é amplo. Busca-se da licitação um tema; por exemplo, o pregão eletrônico, que é uma modalidade de licitação. Recomenda-se que ao escolher o assunto/tema, o estudante busque algo que ele tenha afinidade, goste, porque certamente ele dará o máximo de si - ficará seduzido pelo estudo/pesquisa. É necessário que o estudante também verifique se para o assunto/tema que ele escolheu existe literatura abundante para ancorar o seu trabalho.

Nessa perspectiva, traz-se a temática deste artigo - a construção de um projeto de pesquisa -, com o seguinte enunciado do problema investigativo: **quais elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais devem constar em um projeto de pesquisa voltado às Ciências Sociais Aplicadas?**

Em torno da referida indagação central, outras questões derivativas foram estabelecidas e respondidas ao longo do texto, a saber:

- Qual o caminho crítico dos elementos definidores de um projeto de pesquisa?
- Há normativa específica para a elaboração do projeto de pesquisa?
- Quais são as normas complementares a serem atendidas na construção de um projeto de pesquisa?
- Quais são os pilares de um projeto de pesquisa?

O objetivo geral deste estudo foi possibilitar que graduandos (as) e pós-graduandos (as) possam construir projetos de pesquisa voltados às temáticas das Ciências Sociais Aplicadas, em especial na área das Ciências Contábeis, da Administração e do Direito, enquanto subsídio à elaboração de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs).

Enquanto objetivos específicos foram fixados os adiante arrolados:

- Evidenciar a necessidade de lastrear o objeto investigativo do projeto de pesquisa, a partir do referencial teórico-epistemológico acerca da temática;
- Compreender a lógica do percurso metodológico do projeto de pesquisa;
- Explicitar sobre os elementos normativos de um projeto de pesquisa; e,
- Enfatizar a importância dos aspectos da língua culta no texto do projeto de pesquisa.

Na acepção científica, justifica-se o presente artigo pela possível contribuição ao estágio do conhecimento, mormente na área da metodologia da pesquisa, enquanto proposta de uniformização de procedimentos no que se refere à construção/elaboração de projeto de pesquisa, inclusive como fonte para futuras investigações em torno da temática.

Na órbita social, acredita-se que este escrito venha propiciar contribuição às Instituições de Educação Superior (IES), aos Colegiados Curso e Programas de Pós-graduação, os quais tenham como elemento obrigatório a construção/elaboração de projeto de pesquisa enquanto ponto de partida para o desenvolvimento de investigação científica.

No que concerne à motivação do autor, este artigo se deu por conta da falta de preparação de graduandos (as) e pós-graduandos (as) quando da construção/elaboração de projetos de pesquisa, uma vez que já milita há mais de 25 (vinte) anos como professor da disciplina TCC I, ocasião em que os (as) estudantes demonstram total despreparo na trajetória investigativa, chegando muitos deles (as) a asseverar que não tiveram o devido embasamento na disciplina metodologia da pesquisa, componente normalmente ministrado no primeiro ou segundo semestre de uma graduação.

A metodologia adotada neste artigo foi de cunho qualitativo, circunscrevendo-se à literatura existente na área, por meio de livros e artigos, tanto em formato físico quanto *online*, bem como nas Normas Brasileiras de Regulação (NBR), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Este estudo compõe-se de 3 (três) capítulos, a saber: esta introdução, trazendo, inicialmente, uma visão panorâmica sobre a temática, com ênfase de que a produção científica não deve estar engessada, mas com visão crítica principalmente, quando se trabalha com as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, seguida dos pressupostos investigativos – problema, questões norteadoras, objetivos e justificativa – completada com o traçado metodológico do trabalho; o referencial teórico abarca os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais de um projeto, perpassando-se por expoentes teóricos e normas sobre a temática, seguida de inferências do autor do artigo, finalizando-se com as considerações finais, nas quais retoma-se o núcleo do referencial teórico, explicita-se acerca da desnudação do problema, do alcance dos objetivos e esboça-se o posicionamento crítico com que se produziu este artigo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Uma importante fonte de influência sobre a prática é a teoria. A influência teórica sobre o cotidiano pode ser percebida nas mais variadas áreas do conhecimento, especialmente nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas onde se enquadram a Educação, Contabilidade, a Administração e o Direito, campos de formação básica do autor deste artigo. Entende-se que, de um lado, a teoria sem a prática se torna ineficaz, do outro, cega é a prática sem o devido lastro teórico.

No entanto, ressalte que a verificação empírica (em campo) também pode impactar a teoria, principalmente por meio da pesquisa científica, quando ocorre a quebra de um paradigma, isto é, quando os pesquisadores demonstram as anomalias de algo tido como verdadeiro e põem em crise o universo de certezas.

Assim, mesmo que já tenha ocorrido uma leitura preliminar de algum material bibliográfico para escolher o assunto, delimitar o tema e definir o problema, nesta etapa do trabalho o estudante deve fazer uma rigorosa revisão bibliográfica mais ampla e profunda, a fim de construir o teórico referencial do estudo que, em um projeto de pesquisa, se constitui em uma das etapas mais importantes de sua elaboração.

A construção do projeto de pesquisa implica na articulação entre a questão proposta (o problema) e o estágio do desenvolvimento científico produzido numa determinada área de conhecimento. Portanto, de posse dos extratos teóricos, o (a) graduando (a) ou o (a) pós-graduando (a) deverá criticá-los, confrontá-los, enfim, avaliá-los, para que se possam fazer as opções que melhor se adequem ao problema.

Significa dizer que o referencial teórico de um projeto de pesquisa são pistas teórico-epistemológicas que irão ancorar o objeto a ser investigado, encontradas em formato físico ou *online*, tais como: livros; artigos; anais de eventos técnico-científicos; constituições; leis; decretos; regulamentos; regimentos; portarias; instruções normativas, relatórios; planejamento tributário; planejamento estratégico; demonstrações contábeis; laudos periciais; relatórios de auditoria; dados do IBGE, SEBRAES, PNUD; *sites*; *e-books*; videoconferências; filmes; teoremas; hermenêutica; exegese; acórdãos; súmulas; iconografias, entre outras.

Todo e qualquer tipo de projeto de pesquisa deverá estruturar-se, primeiramente obedecendo à NBR 15287/2011 da ABNT, complementado por instruções emanadas pela IES a qual se vincula o (a) discente, tendo, ainda, que seguir os ditames de outras normativas da ABNT, específicas para cada caso, a exemplo das referências, citações, sumário, numeração progressiva etc. A título de exemplificação, o apêndice deste artigo refere-se a uma sugestão de estrutura de projeto de pesquisa, aplicável às áreas das Ciências Contábeis, da Administração e do Direito.

2.1 Estrutura de um projeto de pesquisa

Nesta seção secundária, elenca-se a estrutura de um projeto de pesquisa, com o devido detalhamento de suas partes constitutivas.

2.1.1 Elementos pré-textuais

De acordo com a NBR 15287/2011, combinada com a NBR 14724/2011 da ABNT, em plena vigência, os elementos pré-textuais antecedem o texto com informações que ajudam na identificação e utilização do projeto de pesquisa.

2.1.1.1 Parte externa

Segundo a norma específica de projeto de pesquisa, NBR 15287/2011 da ABNT, a parte externa engloba a capa e a lombada.

2.1.1.1.1 Capa

Em papel A4, letras do tipo *arial* ou *Times New Roman*, cor preta, tamanho de fonte 12, de forma centralizada, o (a) graduando ou pós-graduando (a) deve apor a logomarca/brasão da Instituição no cabeçalho da lauda (página), a 3 cm da borda superior.

Logo após a logomarca/brasão da IES, o graduando (a) ou pós-graduando (a) deve inserir o nome por extenso da IES em caixa alta, em negrito, de forma centralizada, também em tamanho de fonte 12.

Segue-se como o nome da unidade da IES, ou seja, o nome por extenso do Departamento, da Faculdade ou do Centro, integrante da Instituição de Educação Superior, com o espaço 1,5, também em negrito, caixa alta e centralizado.

Dando prosseguimento, com espaço 1,5, opcionalmente, coloca-se o nome do colegiado do curso, se graduação, ou o nome do programa de pós-graduação, se for o caso, tudo em caixa alta, negrito e centralizado.

Em seguida, depois de 2 espaços de 1,5, inserir o nome completo do autor (a), do trabalho, em caixa alta, de forma centralizada.

No meio da página (lauda), o (a) discente deve assentar o título do trabalho, em caixa alta, preferencialmente em negrito e de forma centralizada. Se houver subtítulo do trabalho, inserir logo após o título, dois pontos (:). O referido subtítulo pode ser tanto em caixa alta quanto em caixa alta/baixa, exceto se houver palavra própria.

Ao final da lauda coloca-se o nome do local onde situa a unidade da IES (Departamento, Faculdade ou Centro), também em caixa alta, preferencialmente, centralizado e, na outra linha, com espaço de 1,5 cm, assenta-se o ano da produção do projeto de pesquisa.

2.1.1.1.2 Lombada

Trata-se de um elemento opcional, quase não inserido em projeto de pesquisa, todavia, em sendo usado, deve-se obedecer ao prevê a NBR 12225/2004 da ABNT.

2.1.2 Parte interna

Deve ser apresentada conforme os itens 4.2.1 a 4.2.3 da NBR 15287/2011 da ABNT.

2.1.2.1 Folha de Rosto

Inserir-se o nome do (da) autor (a) do projeto de pesquisa, a 3 cm da borda superior, de forma centralizada, preferencialmente em caixa alta.

No meio da página (lauda), o (a) discente deve assentar o título do trabalho, em caixa alta, preferencialmente em negrito e de forma centralizada. Se houver subtítulo do trabalho, inserir logo após o título, dois pontos (:). O referido subtítulo pode ser tanto em caixa alta quanto em caixa alta/baixa, exceto se houver palavra própria (pessoa, estado etc.).

Dando prosseguimento, após dois espaços simples, deve ser inserida a ementa do trabalho, a partir do recuo de 6,5 da margem esquerda, garantindo os 2 cm da margem direita, em espaço simples, o (a) graduando (a) ou pós-graduando (a) deve apor o tipo do trabalho, objetivo, nome da Unidade da IES e nome do professor, por exemplo “Projeto de Pesquisa, apresentado a Faculdade X ou ao Departamento Y, da Universidade Z, sob a orientação do (a) professor (a) mestre ou doutor (a) fulano (a) de tal.

Ao final da lauda colocar o nome do local onde se situa o Departamento, Faculdade ou Centro da IES, também em caixa alta, preferencialmente, centralizado e, na outra linha (1,5 depois) assentar o ano da produção do projeto.

2.1.2.2 Lista de ilustrações

Elemento opcional, representado por desenhos, esquemas, fluxogramas, fotografias, mapas, organogramas, plantas, quadros, retratos, gráficos, entre outras. Tudo de acordo com a ordem concebida no texto, com detalhamento de cada item designado por seu nome específico, travessão, título e indicação da folha ou página. De acordo com a NBR 15287/2011 da ABNT, recomenda-se a elaboração de lista própria para cada tipo de ilustração quando igual ou superior

ao quantitativo de 5 elementos. Portanto, quando for inferior a 5 elementos, deve-se agrupar em uma mesma página/folha.

2.1.2.3 Lista de tabelas

Elemento opcional, elaborada segundo a ordem apresentada no texto, com cada item designado por seu nome específico, acompanhado do respectivo número de folha ou página. Sugere-se que na sua elaboração consulte a Norma Tabular do IBGE, com vigência desde 1991, pois não se deve conter margens laterais. Outra particularidade na tabela refere-se à apresentação de números absolutos ou relativos ao invés de texto.

2.1.2.4 Lista de abreviaturas e siglas

Também elemento opcional, consiste na relação alfabética das abreviaturas e siglas utilizadas no texto, seguidas das palavras ou expressões correspondentes grafadas por extensão, por exemplo: UNEB - Universidade do Estado da Bahia.

2.1.2.5 Sumário

Último elemento pré-textual, obrigatório, devendo ser elaborado segundo o que preceitua a NBR 6027, combinada com a NBR 6024, da ABNT, ambas editadas em 2012.

Na sua construção o (a) graduando ou pós-graduando (a) deve atentar-se para: o alinhamento dos números arábicos de cada seção; o alinhamento dos títulos de cada seção; a indicação da página ou folha correspondente ao início de cada texto, ao longo do projeto de pesquisa.

Nas seções primárias, o número arábico correspondente não deve ser acompanhado de ponto e a denominação do título fica em caixa alta em negrito, exemplo: 1 **TÍTULO/SUBTÍTULO**.

Nas seções secundárias, o primeiro número arábico deve ser acompanhado de ponto e o assentamento do título da referida seção fica em caixa alta/baixa (somente a primeira letra da denominação, exceto quando se tratar de palavra própria), porém, em negrito, exemplo: 3.1 **Método**.

A partir das seções terciárias, recomenda-se utilizar o mesmo procedimento das seções secundárias, todavia sem o destaque em negrito, exemplo: 3.5.1 Bibliográficas.

2.1.3 Elementos textuais

Os elementos textuais de um projeto de pesquisa têm início com o título e subtítulo, se houver, derivados da confluência entre assunto e tema, seguidos da problemática (contextualização e enunciado do problema), da (s) hipótese (s) ou das questões norteadoras, objetivos (geral e específicos), justificativa (científica, social e pessoal), referencial teórico, metodologia, cronograma e orçamento, tudo de acordo com o item 4.2.2 da NBR 15287/2011 da ABNT. Enfatize-se que todo o texto de um projeto de pesquisa deve ser redigido segundo os estilos da língua culta, portanto, uma escrita clara, concisa, objetiva, precisa sem equívocos/lapsos gramaticais e linguísticos, tais como ortografia, acentuação, pontuação, concordâncias nominal e verbal, adjetivação excessiva, pleonasmos, repetição contínua e constante de termos, entre outros. Os parágrafos de um projeto de pesquisa não devem ser longos, recomenda-se o uso de sinônimos de forma a evitar repetições de termos, muitas vezes em uma mesma frase/oração/período, a exemplo de “que”, “através” etc.

2.1.3.1 Título e Subtítulo

O título e o subtítulo, se houver, de um projeto resultam da combinação do assunto e tema de uma proposta investigativa. Estes, ao longo da pesquisa propriamente dita, ou seja, no desenvolvimento do TCC podem sofrer alterações de forma a refletir a essência da investigação, às vezes esta mudança pode ocorrer próxima à defesa do referido trabalho de conclusão do curso.

O tema do projeto de pesquisa não pode ser tão abrangente. O ideal é que ele seja bem específico, para que se tenha condições de explorá-lo totalmente e não deixar lacunas no estudo.

Por exemplo, Lei de Responsabilidade Fiscal seria o assunto de uma pesquisa no campo da Contabilidade, da Administração ou do Direito, enquanto que os gastos com pessoal poderiam dar margem à temática investigativa. Portanto, o assunto é mais amplo e o tema mais restrito, ou seja, o recorte temático. Tanto mais delimitado o tema, melhor o tratamento investigativo.

Outro exemplo de assunto e tema, os quais poderiam transformar em título e subtítulo seria: o assunto - reforma previdenciária; tema - aposentadoria do servidor público federal; título e subtítulo - A Reforma da Previdência Sob a Ótica da Aposentadoria do Servidor Público Federal: uma análise abrangendo os poderes executivo, legislativo e judiciário. Observe-se que o assunto é mais amplo, o qual geraria várias temáticas, a serem pesquisadas.

Normalmente, na graduação é oferecida ao (a) discente, a disciplina Metodologia da Pesquisa Científica, no primeiro ou no segundo semestre, ficando para o penúltimo, a construção/elaboração do projeto de pesquisa, que na maioria das vezes, corresponde a disciplina TCC I. Já nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, depende de seu regulamento, porém, sempre na mesma lógica, primeiro elabora-se o projeto e, em seguida, desenvolve-se a pesquisa – dissertação, quando mestrado, ou tese, em se tratando de doutorado.

Exemplo de título e subtítulo de um projeto de pesquisa: EDUCAÇÃO FINANCEIRA: um olhar sobre o planejamento financeiro pessoal, em Itaberaba-BA.

2.1.3.2 Problematização

De acordo com Santos (2018), escolhido o assunto, cabe ao graduando (a) ou pós-graduando (a) problematizar o tema, ou seja, questionar a situação-problema que gerou o tema por meio da construção de uma pergunta que norteará todo o processo de pesquisa. A problematização é o coração da investigação científica, o fio condutor pelo qual o (a) pesquisador (a) desenvolverá seu trabalho e está intimamente ligada ao tema.

No entender de Fachin (2005), problema é uma questão sem solução, objeto de discussão e muito estudo. Infere-se, portanto, que um bom trabalho científico é aquele cujos resultados apresentam soluções ou possíveis soluções para o referido problema; em geral, a problematização é uma ideia nova, criativa, devendo ser utilizada na perspectiva de sua elucidação/desnudação.

Ressalte-se, porém, que em se tratando de conceituar o que é um problema de pesquisa, é preciso levar em conta, de antemão, que nem todo problema é passível de tratamento científico. Em outras palavras, para realizar uma pesquisa é necessário, em primeiro lugar, verificar se o problema cogitado se enquadra na categoria de científico. Assente-se que um problema de pesquisa pode ser determinado por razões de ordem prática ou de ordem intelectual.

A problematização ou problemática de um projeto de pesquisa inicia-se com a contextualização, seguida do enunciado do problema.

2.1.3.2.1 Contextualização

Contextualização é a ação de estabelecer um contexto para determinada coisa, normalmente com o intuito de explicar os motivos ou características precedentes de uma

situação. Em um projeto de pesquisa, a contextualização do problema consiste num texto sinóptico, claro e objetivo, trazendo os antecedentes da problemática; significa delimitar o problema investigativo no tempo e espaço. Segundo Fachin (2005, p. 113), “a contextualização, por mais que seja particularizada, sempre dá margem a certa dúvida. Para que isso não ocorra, ela deve estar em um contexto claramente delimitado, sempre à luz dos processos metodológicos [...]”.

A título hipotético, traz-se como exemplo de contextualização, no campo da Administração, o que se segue para delimitar um problema relacionado com a Logística, o (a) discente circunscreverá sua delimitação levando em consideração – a função da Logística na organização; Logística como fundamento para o comércio; o lugar da Logística na empresa; e, logística para fins de serviços e outros.

2.1.3.2.2 Enunciado do problema

O problema de uma pesquisa se constitui na pergunta fundamental que norteará todo o trabalho a ser desenvolvido na investigação, cuja conclusão final deverá apresentar uma resposta à pergunta colocada à princípio. Assim, o problema é o objeto da pesquisa. Um mesmo tema, como já visto, pode ser abordado sob diferentes enfoques; portanto, o conteúdo do objeto de pesquisa pode ser o mesmo, mas a ótica segundo a qual será estudado é que determinará o desenvolvimento da investigação.

O problema é (são) o (s) aspecto (s) ou ponto (s) a elucidar na investigação. Portanto, deve ser: formulado como pergunta; deve ser claro e preciso quanto aos limites de sua aplicabilidade; não deve partir de valores explícitos do pesquisador; deve ser passível de verificação; deve ser viável, possível de ser solucionado; deve apresentar referências empíricas.

A título de exemplificação, enquanto título de um projeto de pesquisa, tem-se o seguinte: “Lei de Responsabilidade Fiscal e Orçamento Público”. Para o enunciado do problema formulou-se o que se segue: até que ponto a lei de responsabilidade fiscal impactou o orçamento público?

O problema pode ser tanto uma pergunta, quanto uma afirmação, mas recomenda-se, principalmente para iniciante, que se trabalhe com pergunta. Para, além disso, segundo Gil (2010), o problema deve ser claro, preciso, preferencialmente empírico e delimitado a uma dimensão viável. Frise-se, contudo que embora o (a) pesquisador (a) deva procurar a objetividade é relevante asseverar que o processo de construção do conhecimento não é neutro, conforme explicitado na introdução deste artigo. Não há como extirpar completamente a

subjetividade de quem pesquisa. Isto é particularmente verdadeiro no campo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, onde o (a) pesquisador (a) se propõe a estudar uma realidade da qual ele (a) mesmo (a) faz parte.

2.1.3.3 Hipóteses ou questões norteadoras

Nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas trabalha-se tanto com hipótese (s) de pesquisa quanto às questões norteadoras. Vale ressaltar que uma anula a outra, ou seja, não pode haver em um projeto de pesquisa estabelecimento de hipótese (s) e fixação de questões norteadoras. De acordo com Boaventura (2017), com o tema-problema, o (a) graduando (a) ou pós-graduando (a) é instigado a fixar hipótese (s), as quais poderão ser testadas, tanto discursivamente do ponto de vista contábil, administrativo ou jurídico, por exemplo, como empiricamente com o auxílio dos recursos da informática, utilizando-se a estatística, a análise de regressão ou outro meio, como procede a pesquisa experimental. Ou com questões norteadoras.

2.1.3.3.1 Hipótese (s)

A (s) hipótese (s) é (são) provável (is) solução (ões) ao problema posto, ou seja, ao enunciado do problema. Parafraseando Santos (2018), no processo de caracterização do problema que se deseja atacar, normalmente já se começa a imaginar possíveis soluções. No entanto, esse processo não deve encerrar-se com a primeira ideia que se tenha. É necessário estabelecer as condições que permitiram se afirmar que o problema levantado será solucionado; imaginar diferentes modos de atingir essas condições, isto é, diversas modalidades de projetos que permitam concretizar tal afirmativa.

Aconselha-se no estabelecimento de hipóteses de pesquisa refletir sobre: definir as condições que possam afirmar que o problema estaria solucionado em sua totalidade; elaborar uma estratégia global de ação para a solução total do problema; estabelecer uma ordem de prioridade para os componentes parciais, em função de sua contribuição para o enfrentamento do problema; estimular os recursos necessários para a solução de cada aspecto parcial; comparar os recursos com os meios disponíveis; e identificar formas optativas de projetos capazes de levar a cabo os componentes parciais selecionados.

É importante que essas opções de solução sejam submetidas a uma análise de viabilidade. Isto significa a avaliação das potencialidades e capacidades de um projeto antes de

sua implementação. O objetivo é verificar se a solução escolhida para o problema identificado, de fato é possível, se pode lograr sucesso antes as condições existentes, ou seja, se sua implementação é viável num contexto delimitado e datado. Portanto, nessa análise, vários aspectos devem ser observados, como: viabilidade social; técnica; operacional; financeira; ambiental e acadêmica. Um exemplo de hipótese no campo jurídico seria: a obrigação dos juízes de decidir casos em contexto de pouca técnica legislativa amplia a discricionariedade judicial.

Para Fachin (2005), na formulação da (s) hipótese (s) deve (m) ser expressa (s) de forma simples e compreensiva, passível de verificação ou de experimentação, devendo estar (em) correlacionada (s) com as variáveis independentes (fator conhecido, a causa), as variáveis dependentes (efeito, o que se quer medir, provar, as variáveis intervenientes (fator oculto na (s) hipótese (s), ou seja, variáveis que não aparecem na formulação, porém, poderão valorizar, modificar ou eliminar a relação entre as variáveis independentes e dependentes.

2.1.3.3.2 Questões Norteadoras

As Questões Norteadoras ou Questões Orientadoras podem ser adotadas quando o projeto de pesquisa estiver inserido no campo das Ciências Humanas (Educação, História, Antropologia, Filosofia etc.) e das Ciências Sociais Aplicadas (Contábeis, Administração, Direito, entre outras); esta tendência vem crescendo desde a década 70 do século passado. Apesar disso, ainda existem corrente de orientadores (as) com forte inclinação para o uso da (s) hipótese (s), alegando da possível presença da dispersão na condução da pesquisa, bem como colocando dúvida quanto à validade do estudo.

Por outro lado, há outros autores, embora em número reduzido, que não trabalham com hipóteses de pesquisa nem com questões norteadoras/orientadoras, conduzindo o estudo, a partir do enunciado do problema e dos objetivos propostos no estudo. Saliente-se que esta pequena corrente, fica circunscrita à área da Educação. Para estes pesquisadores (as), estando o tema bem delimitado, o enunciado do problema formulado de maneira clara/precisa e os objetivos (geral e específicos) fixados de forma conexa à problemática e ao alcance/objetivo geral do estudo, o que interessa é a elucidação do fato/fenômeno/ocorrência, dentro da logicidade e com um rico aporte epistemológico (teoria do conhecimento sob análise).

Mas, o que vem a ser as questões norteadoras/orientadoras? São indagações em torno da questão central - o enunciado do problema. Portanto, uma derivação da problemática; em outras palavras, questões secundárias, que guardam relação intrínseca com o cerne da problematização. Nesse caso, o pesquisador formula uma indagação-guia, qual norte para a

pesquisa, no qual o estudo será focalizado e cria um rol de questões que têm conexão com o objeto a ser desvelado/desnudo/elucidado.

Frise-se que as questões norteadoras/orientadoras, juntamente com o enunciado do problema, este preferentemente, formulado de forma interrogativa, serão trabalhados ao longo do corpo do estudo, tanto nos capítulos/seções (referencial teórico), quanto os resultados da Análise e Interpretação dos Resultados da pesquisa de campo (empírica); assim, são dissecadas, na sua plenitude, todas as referidas questões e enunciado do problema, de forma a esclarecê-los, obedecendo a um rito científico.

Tomando-se como base o tema e problema de que tratam os textos relativos a esses tópicos, ou seja: “Orçamento Participativo: um exemplo de transparência de Administração Pública do Município Alfa no ano 2016”; e, “Em que medida o orçamento participativo da cidade Alfa, em 2016, pode ser considerado uma referência de transparência na Administração Pública Municipal?”, respectivamente, poder-se-ia estabelecer como questões norteadoras/orientadoras: “Há convite para a participação da comunidade ou munícipes em reuniões com o fito de elaborar o orçamento do município Alfa?” “A convocação fica restrita à publicação em diário oficial ou inclui jornal de grande circulação?” “Há participação de entidades da sociedade civil organizada?” “As audiências públicas são realizadas de maneira participativa, permitindo a manifestação de qualquer cidadão da comunidade?” “As demandas socioeconômicas são contempladas no processo planejamento-orçamento?” “A ampliação da receita, por meio de tributos, até então não instituídos, foram implantados em obediência ao ordenamento jurídico-tributário?”.

De acordo com Christian Laville e Jean Dionne (1999), todas as indagações derivativas do problema têm afinidade/conexão com o que se quer elucidar; portanto, um estudo desse tipo pode ser considerado uma pesquisa com o rigor que a ciência impõe.

2.1.3.4 Objetivos

O objetivo é um fim a que o trabalho, no caso em tela, o projeto de pesquisa, se propõe atingir. A investigação científica atinge seu objetivo se todas as suas fases, por mais difíceis e demoradas que sejam, forem vencidas e o (a) pesquisador (a) puder dar uma resposta ao problema formulado.

Segundo Gonçalves (2005), o objetivo é o resultado que se pretende em função da pesquisa. Geralmente, é uma ação proposta para responder à questão que representa o problema. Didaticamente e conforme Bloom (1977), os objetivos classificam-se em geral e específicos.

2.1.3.4.1 Geral

O objetivo geral é mais amplo e sua redação deve iniciar com o verbo no infinitivo, por exemplo: evidenciar...; demonstrar...; investigar...; diagnosticar...; analisar...; avaliar...; etc. O (a) graduando (a) ou pós-graduando (a) deve sempre buscar verbo com maior representatividade, indicando o que se pretende conhecer, medir ou provar no decorrer da investigação científica, enfim, na prática, organizar o objetivo geral consiste em antepor à hipótese ou às questões norteadoras a um verbo que expresse a ação intelectual da escolha do pesquisador.

A título de ilustração, em um projeto intitulado “A contabilidade como ferramenta gerencial aplicada na empresa Alfa do ramo industrial e comercial, no município Beta”, formulou-se o seguinte enunciado do problema: como elaborar um modelo de Contabilidade de Gestão para uma pequena empresa do segmento industrial e comercial? E, para o objetivo geral, traçou-se propositura que se segue: elaborar um modelo de análise dos dados em nível gerencial para uma pequena empresa industrial e comercial. Percebe-se, no referido exemplo, que há sintonia entre título do projeto, enunciado do problema e o alcance maior do estudo, ou seja, o objetivo geral.

Todavia, para o alcance do mencionado objetivo geral torna-se necessário o estabelecimento de objetivos específicos.

2.1.3.4.2 Específicos

Segundo Santos (2018), os objetivos específicos são propostas de raciocínio, problemas intelectuais específicos a serem perquiridos, com o fulcro de alcançar o objetivo central, principal ou geral da pesquisa. Saliente-se que os objetivos específicos devem guardar perfeita nexa com o objetivo geral e este com o enunciado do problema, com as hipóteses de trabalho ou questões norteadoras, quando couber.

No que se refere ao total de objetivos específicos, o (a) pesquisador (a) fixará quantos necessários para o estudo e a solução satisfatória do problema, contido no objetivo geral, indo das operações menos complexas às mais complexas, expressos por verbos nas ações intelectuais, nos seus vários estágios: conhecimento (apontar, citar, classificar, conhecer, definir, descrever, identificar, reconhecer, relatar); compreensão (compreender, concluir, deduzir, demonstrar, determinar, diferenciar, discutir, interpretar, localizar, reafirmar); aplicação (aplicar, desenvolver, empregar, estruturar, operar, organizar, praticar, selecionar,

traçar); análise (analisar, comparar, criticar, debate, diferenciar, discriminar, examinar, investigar, provar); síntese (compor, construir, documentar, especificar, esquematizar, formular, produzir, propor, reunir, sintetizar); e, avaliar (avaliar, contrastar, decidir, escolher, estimar, julgar, medir, selecionar).

No caso do exemplo da seção precedente, foram estabelecidos os objetivos específicos adiante elencados: conceituar contabilidade gerencial demonstrando como é importante a sua utilização para os gestores; contemplar atividades da empresa dentro do sistema de gestão; sugerir a implantação de uma contabilidade em nível gerencial como ferramenta para os gestores.

2.1.3.5 Justificativa

Na justificativa, faz-se uma narrativa sinóptica, porém completa, dos aspectos de ordem teórica e prática necessários para a realização da pesquisa. Na redação do item justificativa de um projeto de pesquisa, aconselha-se que na justificativa do projeto de pesquisa, o (a) autor (a) primeiro narre a acepção científica, em seguida, descreva a contribuição social e, finalmente, sua motivação, ou a ótica pessoal.

Cabe ressaltar que é no momento da justificativa que o autor deve articular a relevância intelectual e prática da temática a ser investigada à experiência do investigador. Trata-se de convencer com argumentos sólidos à universidade, ao orientador ou uma instituição de financiamento de que a proposta ou projeto merece exequibilidade. É a hora de se fazer o marketing da possível investigação; de exaltar a importância do tema a ser estudado e a necessidade de se levar adiante tal empreendimento.

2.1.3.5.1 Científica

A acepção científica está relacionada à importância/relevância ao estágio atual da ciência, por exemplo, a contribuição do estudo em proposição, às Ciências Contábeis, à Administração ou ao Direito, dependendo da temática do trabalho. Entende-se que, no mínimo, em sendo desenvolvida a pesquisa, esta poderá servir de fontes para futuras investigações que, tenham direta ou indiretamente, tenham nexos com o estudo realizado. (SANTOS, 2018).

2.1.3.5.2 Social

Em relação à dimensão social, os princípios de relevância, oportunidade, adaptabilidade

e inovação (se for o caso) devem ser exaltados. De acordo com Ilse Maria Beuren (2009, p. 66), “A oportunidade diz respeito à atualidade do estudo e às condições propícias para sua investigação naquele momento”. A adaptabilidade, segundo a mencionada autora implica considerar o conhecimento empírico e/ou teórico do estudante. Em suma, poder-se-ia resumir na contribuição do trabalho às organizações, instituições públicas, entidades do terceiro setor e, em geral, à sociedade, além de destacar o tema sob o ponto inovador e original, por exemplo, em um estudo de caso. Enfim, depende do tema/objeto da investigação.

2.1.3.5.3 Pessoal

Quanto à vertente pessoal, o parágrafo vai retratar a motivação do (a) iniciante na pesquisa ou do (a) pesquisador (a). A escolha do tema se deve a quê? Qual o motivo? A instigação para a elaboração da pesquisa está relacionada ao aprofundamento do estudo, na medida em que já atua na área? Surgiu o interesse do tema em determinada disciplina do curso? Enfim, é “história” do (a) autor (a) relativamente ao objeto de sua investigação científica.

2.1.3.6 Referencial Teórico/Revisão da Literatura/Desenvolvimento

De pronto, convém ressaltar que o item Referencial Teórico de um projeto de pesquisa é diferente do capítulo Referencial Teórico de uma produção técnico-científica, a exemplo de: artigo, monografia, dissertação ou tese, isso porque, o primeiro refere-se às pistas teórico-epistemológicas para ancorar uma possível investigação, enquanto que o segundo, de fato, trata-se do efetivo lastro teórico-epistemológico que norteou toda produção científica, imprescindível para a elucidação da problemática, das questões norteadoras e dos objetivos (geral e específicos).

Assim sendo, no projeto de pesquisa, “Referencial Teórico”, consiste, apenas, num resumo de discussões já feitas por outros autores sobre determinado assunto, servindo como embasamento para o desenvolvimento de um tema específico, ou seja, um protótipo do que será o referido capítulo na produção propriamente dita.

Por exemplo, no embasamento da teoria na área do Direito, o (a) graduando (a) ou pós-graduando (a) leva vantagem pela longa tradição romanística e germanista da doutrina jurídica. Salutar tradição teórica da formação no *Civil Law* (DAVID, 2002). Convém assinalar que “nada é mais prático do que uma boa teoria”, sentença epigráfica de Kurt Lewin (1973). De acordo com Edivaldo Machado Boaventura (2017, p. 43), ao se asseverar a praticidade de uma boa teoria, deve-se pontuar que, em Direito, a doutrina se aproxima bastante da fundamentação teórica. “São anos e anos até séculos de construção doutrinária. Desde os romanos que se

elabora cientificamente o Direito”.

Referencial teórico para Vergara (2016) tem os seguintes objetivos: permitir que o autor tenha maior clareza na formulação do problema de pesquisa; facilita a formulação de hipóteses e de questões norteadoras; sinalizar para o método mais adequado à solução do problema; permitir a identificar qual o procedimento mais pertinente para a coleta e o tratamento dos dados, bem como o conteúdo do procedimento escolhido; e, fornecer os elementos para a interpretação dos dados que foram coletados e tratados.

Partindo-se do geral para o específico, busca-se trazer à baila, em uma redação clara, concisa e objetiva, discussões existentes em torno da temática. Para tanto, o (a) orientando (a) deve buscar esse suporte em livros, artigos, anais, legislação (se for o caso), relatórios, índices, monografias, dissertações e teses, de forma a perpassar os ângulos/vertentes/ópticas do tema escolhido, para que o (a) orientador (a) e coorientador (a) possa (m) decidir sobre a sua pertinência ou não.

Nessa linha de raciocínio, as citações (diretas, indiretas, citações de citações), de autores, expoentes na temática, são trazidas ao texto, seguidas de comentários e possíveis interpretações de quem está produzindo o projeto de pesquisa (iniciante na pesquisa ou pesquisador propriamente dito).

De acordo com a literatura, em torno de 6 (seis) laudas são suficientes para o (a) orientando (a) demonstrar sua capacidade intelectual, enquanto pistas teórico-epistemológicas de um plano, intento ou projeto de pesquisa rumo à desnudação/elucidação de fenômeno, fato ou ocorrência.

Enquanto fontes para a construção do referencial teórico do projeto de pesquisa, aconselha-se consultar as bases de dados bibliográficos, pois são nos ambientes virtuais que o (a) discente encontrará nomes e endereços de algumas das fontes de informação mais úteis para a pesquisa científica existente no Brasil e no exterior, reunidas por áreas do conhecimento, segundo a classificação da Capes. Para, além disso, existem os livros em formato físico, os artigos, anais eventos técnico-científicos, códigos, legislação comentada, *sites*, *e-books*, informações documentais etc.

2.1.3.7 Metodologia

É do conhecimento do pesquisador (a) ou iniciante na investigação científica, que a Metodologia da Pesquisa, no seu sentido macro, é um conjunto de método (s), técnicas e procedimentos em uma produção técnico-científica, com o objetivo de elucidar fatos,

fenômenos e ocorrências.

2.1.3.7.1 Método

A indicação do método é o primeiro item do gênero metodologia. São vários os tipos de métodos aplicáveis às áreas das Ciências Contábeis, Administração e do Direito.

A palavra método vem do grego *méthodos*, que *significa* “caminho para chegar a um fim”. De acordo com Santos (2007, p. 67), método científico é definido como um conjunto de regras básicas para desenvolver uma experiência a fim de produzir novo conhecimento, bem como corrigir e integrar conhecimentos pré-existentes ou, ainda, refutar um fenômeno, fato ou ocorrência tido até então como verdade.

De acordo com a literatura na área, existem duas categorias de métodos – os métodos de abordagem e os métodos procedimentais –, sendo esta última, entendida por alguns autores, a exemplo de Gil (2011), como técnicas.

O método dedutivo caracteriza-se por sua racionalidade. Parte-se do geral para o específico por meio da razão que leva ao conhecimento verdadeiro. Um exemplo de utilização do método dedutivo na pesquisa em contabilidade é a escolha de determinado procedimento de avaliação de ativos para se atingir objetivos específicos. O contador pode, para avaliar os estoques da entidade, escolher diferentes ferramentas, como a média ponderada do custo de aquisição ou o PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai). A partir de dedução, haverá o teste de cada método de avaliação, concluindo, ao final, por aquele que melhor atenda aos objetivos da empresa. Partiu-se, no exemplo, da teoria dos métodos de avaliação para a prática, do geral para o particular.

O método indutivo ancora-se na experiência particular para atingir a generalização. Este método pode ser utilizado, por exemplo, por um contador-professor que queira determinar o modelo de práticas de ensino que possa trazer melhores resultados na aprendizagem de seus alunos. A partir das experiências particulares dos sujeitos envolvidos, o professor optará pelo modelo que atenda seus objetivos. Nesse caso, partiu-se do particular para o geral.

Hipotético-dedutivo é o método que se vale de hipóteses as quais devem ser testadas a fim de serem corroboradas ou não. Utilizando-se desse método, o pesquisador contábil formula hipóteses, ou seja, afirmações temporárias que serão testadas a partir de informações, disponíveis em seu raio de ação, que condigam com sua realidade de interesse. O contador pode, por exemplo, procurar determinar que informações gerenciais – ele pode gerar e agregar valor ao serviço por ele prestado. A partir de hipóteses, ele apresentará novas informações

geradas a seus clientes e qualificará a receptividade percebida, inclusive mensurando possíveis aumentos nos rendimentos futuros.

O método dialético parte de contradições que se transcendem originando novas contradições que requerem soluções. De acordo com Demo (1995, p. 88), este método é o que melhor convém às ciências sociais. O sujeito da contabilidade – neste caso, o pesquisador contábil – e seu objeto de estudo – o patrimônio, estão inseridos em uma dada realidade social e, portanto, sujeitos a influências subjetivas. Pode-se voltar, aqui, ao exemplo da depreciação de um ativo: a determinação do tempo de utilidade de um mesmo ativo pode variar de entidade para entidade, ou no próprio tempo. A utilização da dialética, em um processo de análise, antítese e síntese, é fundamental para valorar a utilidade temporal de uma máquina dentro de um processo racional e lógico.

Fenomenológico é o método que se pauta na descrição da realidade como ela é. Aprecia-se a essência do fenômeno e não somente as superfícies observáveis, que não esgotam a totalidade do objeto (DEMO, 1995). Para o pesquisador contábil esse método é extremamente relevante, pois considera que os fatos que alteram o patrimônio de uma entidade não são neutros, ou seja, estão envoltos a interesses particulares, muitas vezes conflituosos.

Atualmente, os conflitos de interesses em contabilidade são estudados sob o foco da teoria da agência (LOPES e MARTINS, 2005) e podem ocultar a essência de uma transação mais complexa. Levando em conta que os Princípios Fundamentais da Contabilidade enunciados no Brasil pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 1994) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 1986) consideram como um dos pressupostos da ciência contábil a evidenciação da essência, a autoridade do método fenomenológico aumenta.

O método estudo de caso enquadra-se como uma abordagem qualitativa e é frequentemente utilizado para coleta de dados na área de estudos organizacionais. O caso é considerado um valioso instrumento pedagógico, que desafia o discente a raciocinar, argumentar, negociar e refletir – habilidades bastante demandantes do ponto de vista cognitivo e social. A realização das pesquisas contábeis, dentro da grande área das Ciências Sociais Aplicadas, pode vir a ser, reafirme-se, um campo fértil para estudos sobre a realidade das organizações (privadas, instituições públicas e entidades do Terceiro Setor). Aplicam-se, por exemplo: Mudanças de práticas contábeis, novos modelos de gestão, o alinhamento às normas contábeis internacionais, processos de mudanças resultantes de fusões, incorporações, aquisições, implantação de sistemas, além da atuação de órgãos reguladores em função de situações ocorridas (tais como os recentes problemas ocorridos em empresas dos setores de alimentação e financeiro). Tudo isso pode ser oportunidade para a realização de estudos de caso

de natureza contábil.

Existem outros métodos, a exemplo do histórico, comparativo, para proteger as Ciências Contábeis, a Administração, o Direito e próprio pesquisador, de erros e precipitações, utiliza-se um conjunto de regras, denominado método científico, que, com maior segurança e economia, norteia a investigação científica até seu objetivo final na obtenção de conhecimentos válidos e verdadeiros a respeito de determinado fenômeno, fato ou ocorrência em estudo.

O tipo do método a ser empregado dependerá, principalmente, do problema a ser elucidado, dos objetivos (geral e específicos) da pesquisa, entre outros pressupostos, a exemplo de hipóteses de investigação ou questões norteadoras.

2.1.3.7.2 Tipologia quanto aos objetivos do estudo

Apoia-se em expoentes da literatura, a exemplo de: Andrade (2002); Beuren (2004); Gil (2011), Marconi e Lakatos (2007); Tachizawa e Mendes (2003), entre outros, os quais resumem em três tipologias no que concerne aos objetivos do estudo – exploratória, descritiva e explicativa.

Saliente-se, entretanto, para a seguinte assertiva: o que vai determinar o enquadramento em uma das três categorias supramencionadas são os objetivos estabelecidos/fixados.

Por pesquisa exploratória, a literatura consultada permite afirmar que propicia uma maior familiaridade entre o pesquisador e o tema pesquisado, visto que este ainda é pouco conhecido, pouco explorado. Nesse sentido, caso o problema proposto não apresente aspectos que permitam a visualização dos procedimentos a serem adotados, será necessário que o pesquisador inicie um processo de sondagem, com vistas a aprimorar ideias, descobrir intuições e, posteriormente, construir hipóteses.

De acordo com Beuren (2004), a caracterização do estudo enquanto pesquisa exploratória, normalmente se dá quando há pouco conhecimento acerca da temática, a ser abordada. Assim, busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de maneira a torná-lo mais claro ou construir questões para a condução da investigação.

Um exemplo prático de tal modalidade pode estar relacionado ao objetivo de um determinado pesquisador, cuja intenção se manifesta pela busca de uma resposta acerca da queda de um determinado produto no mercado. Assim sendo, de modo a concretizar seu objetivo, o pesquisador terá de aprofundar suas especulações e encontrar as reais causas da ocorrência de tal fenômeno.

No campo das Ciências Contábeis, valendo-se de Beuren (2004), tem-se como exemplo

a identificação da viabilidade da implantação de serviços virtuais em uma empresa contábil, na perspectiva das condições financeiras de seus clientes. Outro exemplo mais recente, conforme a referida autora caracterizou-se com tal, a verificação dos aspectos facilitadores e dificultadores no processo de harmonização das normas contábeis.

Em relação à pesquisa descritiva, esta tem por objetivo descrever as características de uma população, de um fenômeno ou de uma experiência. Esse tipo de pesquisa estabelece relação entre as variáveis no objeto de estudo analisado. Variáveis relacionadas à classificação, medida e/ou quantidade que podem se alterar mediante o processo realizado.

Quando comparada à pesquisa exploratória, a única diferença que se pode detectar é que o assunto já é conhecido e a contribuição é tão somente proporcionar uma nova visão sobre esta realidade já existente.

Na percepção de Gil (2011), uma das características mais significativas da pesquisa descritiva está na utilização de técnicas patronizadas de coleta de dados. Por seu turno, Andrade (2002) destaca a preocupação que o pesquisador tem em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los sem interferir neles.

No campo contábil, de acordo com Beuren (2004), vários estudos utilizam a técnica da pesquisa descritiva. Podem ser indagações relacionadas às características próprias do mister contábil em instrumentos utilizados na gestão das organizações privadas, das instituições públicas ou das entidades do terceiro setor. Frise-se que nesse tipo de técnica, normalmente ocorre o emprego da estatística, desde as técnicas mais simples até as mais sofisticadas. Assim, pode-se identificar o perfil empreendedor dos egressos de 2015 dos cursos de Ciências Contábeis das Universidades Estaduais da Bahia.

Outro exemplo, ainda segunda a pesquisadora, seria a verificação do grau de satisfação dos gestores de companhias abertas em relação aos relatórios contábeis fixados por lei destas organizações, como suporte ao processo decisório.

Já a pesquisa explicativa é considerada como o tipo de investigação científica que explica a razão, o porquê dos fenômenos, uma vez que aprofunda o conhecimento de uma dada realidade. Assim, pelo fato de esta modalidade estar calcada em métodos experimentais, ela se encontra mais direcionada para as ciências físicas e naturais. Mesmo que a margem de erros represente um fator relevante, sua contribuição é bastante significativa, dada a sua aplicação prática.

Em face dessas características, pode-se dizer que a pesquisa explicativa geralmente utiliza as formas relativas à pesquisa experimental. Por exemplo, a partir de um objeto de estudo, no qual se identificam as variáveis que participam do processo, bem como a relação de

dependência existente entre estas variáveis. Ao final, parte-se para a prática, visando à interferência na própria realidade.

Segundo Andrade (2002), a pesquisa explicativa é mais complexa, pois, além de registrar, analisar, classificar e interpretar os fenômenos estudados, procura identificar seus fatores determinantes.

Para Lakatos & Marconi (2007), este tipo de pesquisa visa estabelecer relações de causa-efeito por meio da manipulação direta das variáveis relativas ao objeto de estudo, buscando identificar as causas do fenômeno. Normalmente, é mais realizada em laboratório do que em campo.

Apesar de a sua aplicabilidade ser mais extensa no campo das Ciências Físicas e Naturais, Beuren (2004), traz exemplo concernentes à Contabilidade, tais como a análise do impacto do novo Código Civil brasileiro na responsabilidade dos sócios sobre as obrigações da empresa constituída sob a forma jurídica de Sociedade Anônima, bem assim a aplicação da Teoria das Restrições nos custos de transformação de um setor produtivo de uma indústria.

Ante o exposto, as opções de técnicas metodológicas aqui explicitadas, reafirme-se, decorrem dos objetivos fixados na investigação científica, enfatizando-se que as pesquisas explicativas correspondem àquelas que têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. São as que mais aprofundam o conhecimento da realidade, pois explica a razão do porquê das coisas, sendo o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente. Por isso, aconselha-se que os iniciantes na pesquisa fiquem circunscritos às pesquisas exploratórias e descritivas.

2.1.3.7.3 Natureza da abordagem

Neste item do projeto de pesquisa o (a) discente deve indicar a natureza da abordagem da pesquisa, se quantitativa e qualitativa ou somente qualitativa, também deverá o (a) autor (a) buscar uma citação de um expoente da metodologia científica, estabelecendo o elo entre o que diz a citação e o caso *in concreto*, para não deixar dúvida sobre a escolha da abordagem (SANTOS, 2007). É importante saber que existem várias espécies de abordagens qualitativas, tais como: análise de conteúdo; análise do discurso; pesquisa-ação; etnobiografia; história oral, entre outras (CHIZZOTI, 2016).

2.1.3.7.4 Natureza da exposição do objeto investigativo

Segundo Santos (2016), cabe ao autor (a) do projeto de pesquisa deixar patente a natureza da exposição do objeto investigativo, se teórica, teórico-documental ou teórico-empírica.

Uma pesquisa é somente teórica quando o (a) autor (a) vale-se do que existe em na literatura acerca da temática, portanto, um tratamento revisional; é teórico-documental quando acrescenta ao embasamento teórico, dados/informações por meio da legislação, relatórios, regimentos, regulamentos, dados do IBGE, SEBRAE, PNUD, demonstrações contábeis, laudos periciais, iconografias etc.; e é teórico-empírica, quando vai a campo colher percepções do público alvo, por meio de técnicas/instrumentos de coleta de dados.

2.1.3.7.5 Fontes

Recomenda-se que sejam classificadas as fontes por classe; primeiro as bibliográficas, segundo as documentais, se houverem, e, por último, as eletrônicas, que por sinal, com o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), raras são as pesquisas que não se recorrem a esta categoria.

2.1.3.7.5.1 Bibliográficas

Esta classe de fontes de pesquisa engloba todo tipo de informação/dado em formato físico, tais como livros, enciclopédias, artigos técnico-científicos, anais de eventos técnico-científicos, entre outras.

2.1.3.7.5.2 Documentais

Conforme Santos (2018), documento é qualquer informação sob a forma de textos, imagens, sons, sinais em papel/madeira/pedra, gravações, pinturas, incrustações, documentos oficiais, e exemplo de editoriais, constituições, leis complementares, leis ordinárias, decretos, portarias, instruções normativas, estatutos, regulamentos, regimentos, atas, relatórios, ofícios, registros de falência, inventários, testamentos, escrituras de compra e venda, hipotecas, atestados, certidões de nascimento, certidões de óbito, boletins de ocorrências, laudos periciais, demonstrações contábeis, normas da ABNT, filmes, fotografias, microfilmes, gravações, folclore, fósseis, entre outras.

Assim, se a temática do projeto implicar no levantamento de qualquer fonte supramencionada, o (a) discente deverá listar no item próprio, ou seja, referente às fontes documentais, trazendo um expoente da área que trate da referida informação, a fim de estabelecer o *link* com o caso concreto, ou seja, por que irá utilizar tal fonte na perspectiva da elucidação da problemática investigativa.

2.1.3.7.5.3 Eletrônicas

As TICs constituem-se em fontes atualíssimas, que podem ancorar um objeto investigativo, com circularização imediata, chegando antes mesmo da publicação, por exemplo, de um livro. Assim, o que não informação/dado por meio físico, classificam-se enquanto fontes eletrônicas, portanto, *online*. Uma lei, por exemplo, que o (a) discente teve acesso por meio digital não será classificada como documental e sim, fonte eletrônica. Muito usual o acesso por meio de portais eletrônicos (*sites*), *e-books*, videoconferências entre outras espécies do gênero eletrônico, em que o (a) pesquisador (a) se abastece de informações/dados na busca da desnudação da sua problemática de pesquisa.

Ressalte-se que o percurso da metodologia de um projeto de pesquisa em que a natureza da abordagem do objeto investigativo se enquadre enquanto teórica ou teórico-documental encerra-se com o item fontes. Já em uma perspectiva teórico-empírica, o (a) discente deverá explicitar os adiante arrolados.

2.1.3.7.6 Universo

Toda pesquisa de campo, ou seja, aquela em que o (a) pesquisador (a) incorpora à sua investigação achados de natureza empírica, deverá explicitar o seu universo. Por exemplo, em uma pesquisa sobre a expectativa de egressos do curso X quanto sua absorção no mercado de trabalho, em princípio, o universo constitui-se de todos os formados no semestre Y. Assim, universo ou população, é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum (OLIVEIRA, 1997), no exemplo, os egressos do curso X, formados no semestre Y da Faculdade Z. Acrescente-se que o universo ou a população de uma pesquisa depende da temática a ser investigada, ele pode ser amplo, o que torna a pesquisa impossível de ser concretizada em determinado espaço de tempo, portanto, há de ser delimitado.

2.1.3.7.7 Amostra

Amostra, de acordo com Gil (2011), é um subconjunto do universo ou da população, ou seja, uma porção/parte, por meio da qual se estabelece ou se estima as características daquele universo, no exemplo do item anterior, parte dos egressos do X, formados no semestre Y, da Faculdade Z. Saliente-se que a lei da regularidade estatística indica que um conjunto de N unidades tomadas ao acaso de um conjunto N terá provavelmente as características do grupo maior, ou seja, do universo. Normalmente, segundo a literatura da área, o percentual representativo de amostra de um universo/população amplo, pode situar-se em torno de 20%, assinala-se, contudo, já existirem autores circunscrevendo sua amostra em 10% da população pesquisada, se somente se o universo for expressivamente amplo.

2.1.3.7.8 Critério amostral

Segundo a literatura sobre o assunto em foco, na pesquisa social são utilizados diversos tipos de amostragem, que podem ser classificados em dois grandes grupos: amostragem probabilísticas e não-probabilística (GIL, 2011). Ainda de acordo com o mencionado autor, os tipos do primeiro grupo são rigorosamente científicos e se baseiam na lei dos grandes números em que se tem por afirmativa de que em uma prova a probabilidade de um evento é p , e se este se repete grande número de vezes, a relação entre as vezes que se reproduz o sucesso e a quantidade total de provas, ou seja s , tende a aproximar-se cada vez mais da probabilidade p . Ou dito em outras palavras, se o número de provas é suficientemente grande, torna-se altamente improvável que a diferença entre f e p seja significativa.

A lei da inércia dos grandes números assegura que, na maioria dos fenômenos, quando uma parte varia numa direção, é provável que parte igual do mesmo grupo varie em direção oposta.

Dentre as amostragens probabilísticas, as mais recorrentes são: aleatória simples, sistemática, estratificada, por conglomerado e por etapas. Recomenda-se ao graduando (a) ou ao pós-graduando (a), caso opte por amostragem probabilística procurar o auxílio de um profissional da estatística, a fim de estabelecer o critério amostral, por ocasião do pré-teste e da aplicação dos instrumentos de coleta de dados.

Já as do segundo grupo não apresentam fundamentação matemática, dependendo unicamente de critérios do (a) pesquisador (a).

Evidentemente, os procedimentos deste último tipo – não probabilísticos –, são muito mais críticos em relação à validade de seus resultados, porém apresentam vantagens, sobretudo no que se refere ao custo e ao tempo despendido, sendo os mais conhecidos, por acessibilidade,

por tipicidade e por cotas. Esta alternativa é bastante utilizada na graduação, em que o (a) discente tem apenas um semestre para o desenvolvimento do TCC.

2.1.3.7.9 Técnicas de Coleta de Dados

São várias as técnicas ou instrumentos de coleta de dados, sendo os mais usuais, principalmente na graduação: formulário, questionário, entrevista e observação, todas apresentando vantagens e desvantagens, cabendo ao pesquisador (a) avaliar com bastante cautela, levando em consideração a situação problema, as hipóteses ou questões norteadoras e objetivos pretendidos (geral e específicos).

O formulário, de natureza quantitativa e qualitativa, pode ser usado principalmente quando o público alvo for constituído por pessoas semi ou não alfabetizadas, mas que é relevante o levantamento da percepção deste público. É um instrumento em que o pesquisador (a) está em frente ao respondente, podendo dirimir dúvida com relação às perguntas, mas dentro da ética na pesquisa. As indagações podem ser fechadas, abertas ou mistas.

O questionário, também de cunho *quanti/quali*, destina-se a grupo alfabetizado, podendo conter questões fechadas, abertas e mistas, sendo enviadas ao público alvo mediante postagem nos correios ou por *e-mail*.

A entrevista, mais característica de abordagem qualitativa, pode ser aplicada a determinada representação/classe, por exemplo: o líder do segmento estudantil do curso X; do (a) representante do Conselho Regional de Administração da Bahia (CRA-BA); do (a) presidente da Federação da Indústria do Estado da Bahia; do (a) Superintendente do SEBRAE na Bahia; do (a) Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia etc.; isso porque a técnica de entrevista requer mais tempo, material e equipamento.

A observação, de caráter eminentemente qualitativo, pode ser usada na área das ciências sociais aplicadas, mais precisamente para o estudo em Administração, Contabilidade e Direito. Há um debate crescente sobre a utilização desta técnica, podendo ser classificada em estruturada, semiestruturada e não estruturada. Os itens do “Guia de Observação” a serem checados, por exemplo, em uma pesquisa cuja situação-problema for – até que ponto o desempenho dos estudantes, encaminhados às instituições públicas, organizações privadas e entidades do terceiro setor, por meio da disciplina Estágio Supervisionado, do curso X, da Faculdade Z, está correspondendo ao resultado esperado no Projeto Pedagógico de Curso (PPC)? Para observar, o (a) pesquisador (a) devem incluir no referido Guia, os itens adiante arrolados: assiduidade; pontualidade; relação estagiário e demais colaboradores; estagiário e

clientes; estagiário e fornecedores; estagiário e chefe imediato; estagiário e órgãos públicos; proatividade; rodízio nos setores da organização; cumprimento de tarefas; aparência/vestuário; pertinência das tarefas realizadas em relação ao conteúdo do curso, entre outros.

2.1.3.7.10 Tabulação e tratamento dos dados

Esta é a última seção do percurso metodológico de uma pesquisa de natureza teórico-empírica. Nela o (a) pesquisador (a) irá descrever como será o processo de codificação e tratamento das informações/percepções colhidas na pesquisa empírica por intermédio das técnicas constantes do item precedente deste artigo.

Tabular é organizar os dados para apresentação em forma de tabelas, gráficos ou outras representações. Quando as informações forem de ordem quantitativa, a exemplo de “sim”, “não”, ou “em parte”, o (a) discente, com a aplicação da estatística, irá consignar os dados em tabela, apresentando os valores absolutos e relativos. Se as questões forem de cunho qualitativo, poderá lançar mão de uma das seguintes técnicas: análise do discurso, análise de conteúdo, autobiografia, entre outras, segundo apregoa Chizzotti (2003). Poderá, também, optar pelo relato da resposta de cada pesquisado acerca da indagação aberta ou, ainda, justificar um “sim”, “não” ou “em parte”.

No projeto de pesquisa, o item “Tabulação e Tratamento dos Dados” é tão somente mencionar como se pretende organizar as informações/dados e o devido tratamento decorrente da investigação em campo, enquanto que no TCC propriamente dito, o (a) graduando ou pós-graduando (a) acrescentará a análise e a interpretação (inferência) de cada tabela, gráfico e quadro constante do texto do artigo técnico-científico, da monografia, da dissertação ou da tese, dependendo do grau e da modalidade do relatório de pesquisa. (SANTOS, 2018).

2.1.3.8 Cronograma

De acordo com Santos (2018), o Cronograma responde à pergunta “quando fazer?” a investigação científica. Sua principal função é assegurar que cada etapa/evento de uma proposta/projeto será apresentada ao futuro orientador/orientadora no prazo delimitado, evitando que os atrasos causem estresse, tanto ao (a) orientando (a), quanto ao orientador/orientadora, e não comprometam o Colegiado do Curso ou o Programa de Pós-Graduação.

O supramencionado cronograma estabelece os marcos de início e conclusão de uma

pesquisa científica. Neste caso, o início das etapas/eventos será a entrega do projeto ao Colegiado do Curso de Graduação ou ao Programa de Pós-Graduação de uma Instituição de Educação Superior (IES), quer Faculdade/Departamento, quer Centro Universitário, quer, ainda, Universidade; enquanto que, a conclusão se entende como a defesa do TCC.

As etapas ou eventos são os passos a serem trilhados ao longo do desenvolvimento/execução da pesquisa, assentando-se, como início, a entrega do projeto e as demais atividades, até a defesa do TCC, reafirme-se.

Em linhas gerais e obedecendo à sequência das atividades, um cronograma de um projeto de pesquisa deve ter os seguintes passos ou eventos/etapas:

- Entrega do projeto de pesquisa;
- Ajustes ao projeto de pesquisa (a partir da orientação do orientador);
- Ampliação do levantamento de fontes bibliográficas, documentais e eletrônicas;
- Elaboração de resumos críticos sobre a temática;
- Elaboração do capítulo da introdução;
- Ajustes ao capítulo da introdução (após pontuações do orientador);
- Elaboração da estrutura do marco referencial teórico;
- Elaboração de parte do referencial teórico;
- Ajustes à parte do referencial teórico (após recomendações do orientador);
- Elaboração do capítulo da metodologia;
- Ajustes ao capítulo da metodologia (após recomendações do orientador);
- Elaboração das técnicas de coleta de dados;
- Ajustes às técnicas de coleta de dados (após recomendações do orientador);
- Elaboração do restante do referencial teórico, inclusive do mapa conceitual;
- Ajustes ao restante do referencial teórico (após sugestões do orientador);
- Pré-testagem da (s) técnica (s) de coleta de dados (pesquisa de campo);
- Aplicação da (s) técnica (s) de coleta de dados (pesquisa de campo);
- Tabulação e tratamento dos dados (pesquisa de campo);
- Elaboração do capítulo “Apresentação, Análise e Interpretação dos Resultados”;
- Ajustes ao capítulo “Apresentação, Análise e Interpretação dos Resultados” (após pontuações do orientador);
- Elaboração do capítulo da conclusão;
- Ajustes ao capítulo da conclusão (após recomendações do orientador);
- Elaboração do resumo em língua portuguesa;

- Ajustes ao resumo em língua portuguesa (após recomendações do orientador);
- Elaboração do (s) resumo (s) em língua (s) estrangeira (s);
- Elaboração dos elementos pré e pós-textuais;
- Submissão do relatório completo do TCC ao orientador;
- Ajustes ao texto final do TCC (após recomendações do orientador);
- Revisão do vernáculo por profissional especialista em letras/linguística;
- Elaboração da ficha catalográfica (a cargo da bibliotecária), se for o caso;
- Reprodução de cópias;
- Encadernação de cópias;
- Preparação de *slides* para apresentação (defesa);
- Defesa do TCC.

Estabelecidos os eventos/etapas, o iniciante na pesquisa ou pesquisador deverá elaborar um quadro, colocando na vertical todos os passos, obedecendo à sequência dos mesmos e, na horizontal, a quinzena do mês correspondente a cada passo ou etapa/evento.

2.1.3.9 Orçamento

O orçamento responde à pergunta: “Com que recursos?” Assim sendo, o (a) discente de curso de graduação ou pós-graduação, tanto *lato* quando *stricto sensu*, deve relacionar os tipos de recursos para a sua realização, a saber:

- Humanos;
- Material de consumo;
- Equipamentos e material permanente;
- Serviços de terceiros (pessoas jurídicas);
- Viagens e estadas;
- Material bibliográfico;

No que se refere aos recursos humanos, em um projeto de pesquisa para fins acadêmicos, deve-se contemplar (se for o caso), *pro labore* referente a: estagiários e bolsistas (para aplicação das técnicas de coleta de dados); estatístico (para tratamento dos dados quantitativos); revisor (letras/linguística); tradutor do resumo (inglês, espanhol, francês etc.), digitador, entre outros.

Quanto a material de consumo, deve haver previsão para compra de: papel ofício; lápis; canetas; borrachas; corretores e marcadores de texto; régua; cartolina; cartucho de tinta, *pen-drives*; grampeadores, combustível etc.

No que concerne a equipamentos e material permanente, pode haver a necessidade da aquisição de: computador; impressora; projetor de *slides*; filmadora; gravador, dentre outros.

Em relação serviços de pessoas jurídicas, o orçamento deve prevê pagamento para os serviços de: reprodução de cópias; encadernação; participação em seminários, jornadas ou outras denominações congêneres; postagem etc.

Concernentemente à viagens e estadas, a depender do projeto, pode ocorrer a necessidade de despesas com deslocamento (passagens, pedágio, vale transporte); acomodação (hotéis, pousadas e/ou albergues); alimentação/refeição, dentre outras.

Referentemente à material bibliográfico, deve haver previsão para aquisição de livros acerca da temática a ser investigada, livros sobre metodologia da pesquisa; assinatura de periódicos; anais de eventos técnico-científicos; *e-books* etc.

Em geral, os custos do projeto devem ser estabelecidos conforme pesquisas e coletas de preços, observando sempre a definição de data-base da coleta, se atual ou se futura, conseqüentemente, os devidos ajustes.

No que tange às fontes ou origens para aquisição dos recursos supramencionados, no orçamento deve haver (se for o caso), discriminação dos recursos próprios (do iniciante na pesquisa ou pesquisador propriamente dito), ou seja, os recursos próprios e os recursos de terceiros (advindos, por exemplo, de agências de pesquisa).

Relacionadas as fontes/origens, definidos os recursos, com a devida coleta de preços, parte-se para a elaboração de tabela, contendo, no mínimo, 5 (cinco) colunas: discriminação dos materiais/equipamentos/serviços; referência (dúzia, grossa, resma, unidade etc.); quantidade; preço unitário e preço total.

2.1.4 Elementos Pós-Textuais

De acordo com a NBR 15287/2011 da ABNT, os elementos pós-textuais de um projeto de pesquisa podem ser obrigatórios e opcionais, tais como: referências; glossário, apêndices e anexos, conforme detalhamento das seções seguintes.

2.1.4.1 Referências

As referências devem estar assentadas de acordo com o que prevê a NBR 6023/2018 da ABNT. Em um projeto de pesquisa, tudo que serviu de suporte para a sua construção/elaboração deve ser incluído, desde as NBRs da ABNT, passando pelos autores/expoentes da literatura em

torno da temática a ser investigada, base do referencial teórico, até os métodos, técnicas e procedimentos metodológicos utilizados, tanto informações/dados em formato físico quanto os de natureza *online*.

O (a) discente deverá observar as seguintes definições: autor (res), pessoa (s) física (s) e/ou entidade (s); capítulo, seção, parte; edição; editora; monografia; publicação periódica; referência; separata; subtítulo; suplemento; título.

De igual modo, os elementos de referência devem ser observados, tanto os essenciais, quanto os complementares, seguidos da localização, das regras de apresentação, dos modelos de referências, da transcrição dos elementos, e do ordenamento das referências, tudo isto consignado na referida Norma Brasileira de Regulação.

2.1.4.2 Glossário

Glossário é uma lista contendo termos técnicos ou expressões com mais de um significado. Em um projeto de pesquisa é um elemento opcional, ou seja, uma relação de palavras ou expressões técnicas de uso restrito ou de sentido obscuro, utilizadas no texto do referido projeto, acompanhadas das respectivas definições, conforme preconiza o item 3.13 da NBR 15287/2011 da ABNT. A mencionada relação deve ser organizada por ordem alfabética dos termos ou expressões.

2.1.4.3 Apêndices

De acordo com o item 3.3 da NBR 15287/2011 da ABNT, apêndice é um elemento opcional, elaborado pelo (a) autor (a) do projeto de pesquisa. Contudo, se a investigação científica for de natureza teórico-empírica, passa a ser obrigatório.

Desse modo, o roteiro de entrevista, assim como o guia de observação, o próprio questionário e o formulário com as questões, tanto referentes à caracterização da população alvo (sexo, faixa etária, faixa de remuneração, nível de instrução, estado civil etc.) quanto as indagações de fundo (vinculadas ao enunciado do problema, à (s) hipótese (s) ou questões norteadoras, bem como os objetivos da pesquisa) são considerados apêndices, portanto integrante do projeto.

Serão tantos apêndices quanto se fizerem necessários, na medida em que poderá haver a necessidade de levantar percepções de grupos diversos, a exemplo de docentes, contadores, empresários, estudantes, presidente do CRC-BA, representante do SEBRAE, pais dos

estudantes etc. Tudo dependendo da temática, do enunciado do problema, hipótese (s) de pesquisa ou questões norteadoras e objetivos (geral e específicos).

Saliente-se que apêndice poderá ser também um organograma de uma empresa, elaborado por um (a) pesquisador (a), a partir dos conhecimentos acerca da Administração; o enquadramento de um apêndice está relacionado à autoria do projeto de pesquisa.

Na inserção do elemento em tela, deve ser precedido da palavra APÊNDICE, identificado por letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelo respectivo título. Utilizam-se letras maiúsculas dobradas, na identificação dos apêndices, quando esgotadas as letras do alfabeto.

Assentam-se os apêndices, conforme exemplos a seguir:

- APÊNDICE A - Formulário aplicado aos micro e pequenos empresários;
- APÊNDICE B - Questionário destinados aos contadores;
- APÊNDICE C - Roteiro de entrevista estruturada aplicado ao Presidente da Associação Comercial do estado da Bahia;
- APÊNDICE D - Guia de Observação no processo de vendas;
- APÊNDICE E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

2.1.4.4 Anexos

Anexo ou anexos é (são) elemento (s) opcional (is) de um projeto de pesquisa, diferentemente de apêndice (s). Ou seja, não é da autoria de quem elabora o projeto, mas uma ilustração, por exemplo, um capítulo de uma lei, um organograma de uma empresa, elaborado pela própria organização; um laudo pericial a ser analisado pelo (a) pesquisador (a) etc. De acordo com a NBR 15287 da ABNT (2011, p. 1), “Anexo é um texto ou documento não elaborado pelo autor, que serve de fundamentação. Comprovação e ilustração”.

Assenta-se (m) o (s) anexo (s) da mesma forma que o (s) apêndice (s), ou seja, identificado por letra maiúscula consecutivas, seguido (s) daquele (s). Se houver (em) é (são) o (s) último (s) elemento (s) de um projeto de pesquisa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo intitulado “A Construção de um Projeto de Pesquisa: aspectos teórico-epistemológicos, metodológicos, normativos e da língua culta”, verificou-se que em se tratando de produção do conhecimento nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a razão científica

não é imutável, portanto não há objetividade absoluta, pois os fenômenos humanos e sociais sempre estão evoluindo; um posicionamento neutro dissocia-se da esfera dos valores, daquilo que tem importância para a pessoa considerada em sua individualidade ou em sua vida social.

Observou-se que toda investigação científica, principalmente enquanto subsídio para a construção/elaboração de um TCC, seja na graduação ou na pós-graduação, não se deve prescindir do projeto de pesquisa, elemento obrigatório conforme preceitua a NBR 15287/2011 da ABNT.

Constatou-se que o enunciado do problema foi elucidado, porque todos os elementos do projeto de pesquisa, quer pré-textuais, quer textuais, quer, ainda, os pós-textuais foram explicitados e contextualizados.

No que tange às questões norteadoras, todas foram respondidas ao longo do texto, ficando patente a obediência à norma específica, supramencionada, e seus complementares, tais como: NBRs da ABNT: 14724/2011 (trabalhos acadêmicos); NBR 6024/2012 (numeração progressiva de um documento); 6027/2012 (sumário); 6023/2018 (referências); e, 10520/2002 (citações). Todas imprescindíveis na construção/elaboração do referido projeto, além da necessidade de o (a) iniciante na pesquisa ou pesquisador (a) ter como âncoras os aspectos teórico-epistemológicos atrelados à temática a ser trabalhada, do traçado metodológico apropriado e do imperioso cumprimento dos estilos da língua culta.

Infere-se, que os objetivos do estudo foram alcançados, uma vez que o texto poderá municiar os (as) estudantes da graduação e da pós-graduação domínio na elaboração do projeto de pesquisa, algo que ainda carece de mais leitura e aprofundamento por parte do segmento discente.

Entende-se que o projeto de pesquisa é um todo, constituído de partes, não cabendo somente atenção às categorias da temática explorada, mas de igual modo, todos os procedimentos metodológicos devem estar concatenados com o caso concreto, ou seja, com o objeto investigativo, além da necessidade do atendimento às normas da ABNT e da IES, quando estas não ferirem aquelas, bem como aos aspectos da língua culta dentro do rigor pertinente ao texto acadêmico.

Enquanto recomendação, deve-se evitar o tópico “Introdução” em um projeto de pesquisa, uma vez que não há conclusão nem considerações finais neste tipo de texto, a parte introdutória a que a NBR 15287/2011 da ABNT se refere devem estar contidas na contextualização da problemática, até porque na prática, observa-se repetição de texto, tanto na “introdução” (quando existe), como na contextualização da problemática e, ainda, no item referencial teórico.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023** - informação e documentação - referências - elaboração. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

_____. **NBR 6027** - informação e documentação - sumário - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

_____. **NBR 6024** - informação e documentação - numeração progressiva das seções de um documento – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

_____. **NBR 14724** - informação e documentação - trabalhos acadêmicos - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

_____. **NBR 12225** – informação e documentação – lombada – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

_____. **NBR 15287** - informação e documentação - projeto de pesquisa - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

_____. **NBR 6028** - informação e documentação - resumo - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

_____. **NBR 10520** - informação e documentação - Citações em documentos - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

AZEVEDO, Plauto Faraco de. **Crítica à dogmática e hermenêutica jurídica**. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1989.

BLOOM, Benjamin *et al.* Taxionomia de objetivos educacionais: domínio cognitivo. Trad. Flávia Maria Sant'Anna. Porto Alegre: Globo, 1977.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. - 9. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2014.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Exercícios de metodologia da pesquisa**. Salvador: Quarteto, 2017.

_____. **Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese**. 7. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2014.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Aprova o Apêndice à Resolução sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade**. Brasília: CFC, 1994.

_____. Comissão de Valores Mobiliários. **Deliberação CVM nº 29, de 05 de fevereiro de 1986. Aprovar e referendar o pronunciamento anexo do Instituto**

Brasileiro de Contadores - IBRACON, sobre Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade. Brasília: CVM, 1986.

BRESOLIN, Keberson. **A filosofia da educação de Immanuel Kant:** da disciplina à moralidade. Rio Grande do Sul: Educus, 2016.

CELANI, Maria Antonieta Alba. Questões de ética na pesquisa em Linguística Aplicada. **Linguagem & Ensino.** Pelotas (RS), ano 2005, v. 8, n. 1, p. 101-122; CEMIN, Arneide Bandeira. **Ética na pesquisa.** Porto Velho, 2002.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CRESWELL, Jonh W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artemed, 2007.

DAVID, René. **Os grandes sistemas do direito contemporâneo.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Atlas, 1995.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** São Paulo: Avercamp, 2005.

_____. **Manual de projetos de pesquisa científica.** São Paulo: Avercamp, 2003.

HAIR, JR, Joseph *et al.* **Fundamentos de métodos de pesquisa em Administração.** Trad. Lene Belon Ribeiro. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. **Monografia no curso de Direito:** trabalho de conclusão de curso – metodologia e técnicas de pesquisa – da escolha do método à apresentação gráfica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

KERLINGER, Fred Nichois. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais:** um tratamento conceitual. Tradução Helena Mendes Rotundo; revisão técnica José Roberto Malufe. São Paulo: EPU, 2009.

KURT, Lewin. **Princípios de psicologia topológica.** Trad. original *principles of topological psychology*, de 1936. Ed. Cultrix e Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto, relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

LARENZ, Karl. **Metodologia da ciência do Direito**. Trad. José Lamego. Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, 2005.

LAVILLE, Christian; DIONE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. reimpr. Porto Alegre: Artmed, 2007.

LOPES, Alexsandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2005.

LUDWIG, Antonio Carlos Will. **Fundamentos e prática de Metodologia Científica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hititec, 2008.

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva (coord.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

OLIVEIRA, Sílvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

PAGLIARINI, Iliane Rosa. A pesquisa jurídica na perspectiva da teoria crítica do direito. **Revista de Direito da ADVOCEF**, Porto Alegre: ADVOCEF, v. 1, n. 7, p. 13-32, 2008.

PASOLD, Cesar Luiz. **Prática da pesquisa jurídica: ideias e fragmentos úteis para o pesquisador do Direito**. 7. ed. rev. atual. ampl. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2002.

SANTOS, Luiz Carlos dos. **Projeto de Pesquisa** (2018). Disponível em: www.lcsantos.pro.br Acesso em: 10 set. 2019.

_____. **A relevância da investigação científica na órbita jurídica, à luz da teoria crítica: prolegômenos**. (2019). Disponível em: <http://www.lcsantos.pro.br/blog.php> Acesso em: 12 set. 2019.

_____. **Cronograma de produção científica**. Salvador: UNEB, 2011. Texto.

_____. **Tópicos sobre Educação, Metodologia da Pesquisa, Contabilidade, Direito, Administração e Economia**. Salvador: Quarteto, 2007. Coletânea.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 25. ed. 3. reimpr. Ver. e atual. São Paulo: Cortz, 2011.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à Contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Atlas, 2003.

SOARES, Edvaldo. **Fundamentos de lógica**: elementos de lógica formal e teoria da argumentação. São Paulo: Atlas, 2003.

SOUZA, Felipe. **Ética em pesquisa**: alguns pressupostos epistemológicos no campo do direito. Revista PUCviva. São Paulo, 2006, v. 27, p. 67-70.

TACHIZAWA, Takeshy; MENDES, Gildásio. **Como fazer monografia na prática**. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.



LUIZ CARLOS DOS SANTOS
www.lcsantos.pro.br

APÊNDICE A - Estrutura de Projeto de Pesquisa

- CAPA
- FOLHA DE ROSTO
- SUMÁRIO
- 1 TÍTULO/SUBTÍTULO
- 2 PROBLEMATIZAÇÃO
 - 2.1 Contextualização
 - 2.2 Enunciado do problema
- 3 QUESTÕES NORTEADORAS (ou hipóteses de pesquisa, a depender da opção do discente)
- 4 OBJETIVOS
 - 4.1 Geral
 - 4.2 Específicos
- 5 JUSTIFICATIVA
 - 5.1 Científica
 - 5.2 Social
 - 5.3 Pessoal
- 6 REFERENCIAL TEÓRICO
- 7 METODOLOGIA
 - 7.1 Método
 - 7.2 Tipologia quanto aos objetivos
 - 7.3 Natureza da abordagem
 - 7.4 Natureza quanto ao objeto investigativo
 - 7.5 Fontes
 - 7.5.1 Bibliográficas
 - 7.5.2 Documentais
 - 7.5.3 Eletrônicas
 - 7.6 Universo (incluir se a proposta de pesquisa for de natureza teórico-empírica)
 - 7.7 Amostra (idem)
 - 7.8 Critério amostral (idem)
 - 7.9 Tabulação e tratamento dos dados (idem)
- 8 CRONOGRAMA
- 9 ORÇAMENTO
- REFERÊNCIAS
- GLOSSÁRIO (opcional)
- APÊNDICE (S) opcional (is), porém se a pesquisa for de natureza teórico-empírica é (são) obrigatório (s)
- ANEXOS (opcionais)